

ACTA Nº 2

Acta da Sessão Ordinária do dia 19 de Dezembro de 2005

----- Aos dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e cinco, pelas vinte horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho e na sua Sala de Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, sob a presidência do Senhor Jorge Domingues Camarneiro, secretariado pelo senhor Manuel Marcelino dos Santos Manangão e pelo senhor Hugo Ribeiro Jorge, respectivamente primeiro e segundo secretários. -----

----- Feita a chamada, verificou-se que faltaram à presente Sessão os seguintes deputados municipais: Ana Maria Vasconcelos, que justificou a sua falta e Licínio Ramos, que foi substituído pelo senhor Manuel Bertolino Reverendo. -----

----- Tomou posse o senhor deputado Óscar Lopes Francisco. -----

----- Da parte do executivo estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara e os senhores vereadores Carlos Neves, Albina Rocha, Fernando Capela, Marco Domingues e Manuel Frade. -----

----- De seguida foi lida a acta da Sessão anterior e colocada à discussão. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta solicitou que a referência à saída dos deputados do Partido Socialista esclarecesse que tal facto aconteceu no início do discurso do senhor presidente da Assembleia e não no fim do discurso do senhor Presidente da Câmara, já que o seu desacordo surgiu por não ter sido dada a palavra aos diversos grupos parlamentares. -----

----- Após essa proposta de correcção a acta foi aprovada com uma abstenção. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Mesa referiu-se à correspondência recebida e expedida, ficando a mesma ao dispor dos senhores deputados para eventual consulta. -----

-----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- O senhor deputado Joaquim Plácido começou por felicitar a Câmara pelos trabalhos de limpeza e requalificação da antiga piscina municipal e zona envolvente, conhecida por Quinta do Ega. De seguida, alertou o executivo para o incumprimento das regras de segurança em duas obras a decorrer na Vagueira, em frente à Farmácia e a nova rotunda, e para a necessidade de reforçar a iluminação na estrada principal da Gafanha da Boa Hora. Endereçou os parabéns ao Greca pelo facto de ter conseguido trazer para Vagos a organização do Campeonato Nacional de Corta Mato. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro, referindo-se ao horário das sessões, sugeriu que estas tivessem lugar às sextas-feiras ou vésperas de feriados, caso fossem à noite, levantando a possibilidade de se realizarem durante o dia. Lamentou que não fosse apresentado e discutido o Plano de Actividades e o Orçamento, e questionou o executivo sobre a generalização do ensino de Inglês nas escolas do primeiro ciclo, sobre o possível encerramento de algumas escolas do primeiro ciclo no concelho, desejando saber que escolas poderão encerrar, de quem é a iniciativa desse encerramento e como se processarão os transportes e a alimentação dos alunos envolvidos. -----

----- A senhora deputada Luísa Costa questionou o executivo acerca da periodicidade da limpeza dos contentores, sugerindo que seja feita uma campanha de sensibilização para o bom uso destes recipientes. -----

----- O senhor Presidente da Mesa esclareceu que a marcação desta Sessão para a noite de uma segunda-feira se deveu a dificuldades de calendário, em virtude da aproximação das festas natalícias, estando a ser estudada a hipótese de proceder a alterações no horário. -----

----- O senhor Presidente da Câmara referiu que a obra em frente à farmácia da Vagueira é particular e desconhece da existência de um plano de segurança. A obra da rotunda é pública e tem o plano de segurança devidamente elaborado e aprovado. No entanto, se a fiscalização detectar falhas a nível da sinalização, terá de notificar o empreiteiro para a sua colocação. A interrupção na colocação de novas lâmpadas na estrada principal da Gafanha deve-se a um desacordo com a empresa que ganhou o concurso público, que considera que não deve substituir as luminárias. Caso não se chegue a acordo, terá de se avançar com a resolução do contrato e adjudicar os trabalhos restantes. Quanto à marcação da Sessão, esclareceu que foi também condicionada pela urgência em cumprir os prazos para contratação do empréstimo. A generalização do ensino do Inglês no primeiro ciclo estende-se a todo o concelho e os problemas orçamentais que existem são da responsabilidade do Estado, que não incluiu na revisão do Orçamento as verbas necessárias. O encerramento de escolas do primeiro ciclo com menos de dez alunos afecta um total de sete estabelecimentos, e apesar da posição contrária da autarquia, a decisão é do Ministério da Educação, que afirmou que não colocará professores nessas escolas. Os estabelecimentos de ensino a encerrar são os seguintes: Lavandeira, Parada de Cima, Rio Tinto, Gândara, Carregosa, Boco e Santo André. A organização dos transportes escolares e refeições está a ser ponderada pelo executivo. No que respeita à limpeza de contentores, referiu que a mesma é feita mensalmente, existindo com regularidade campanhas de sensibilização para a recolha selectiva de lixos. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro voltou a questionar acerca da responsabilidade do encerramento de escolas, considerando que a Câmara e o Agrupamento devem ter um papel de defesa das escolas do concelho, importantes para a vitalidade das localidades. Informou que na página electrónica da DREC (Direcção Regional de Educação do Centro) estão indicadas somente quatro escolas, pelo que não compreende o facto de serem agora referidas sete escolas. -----

----- Na sua resposta, o senhor Presidente da Câmara afirmou que a previsão de encerramento das sete escolas não depende da Câmara mas decorre da aplicação da lei. Além disso, há indicações de que não abrirão vagas para colocação de docentes nesses estabelecimentos de ensino. -----

----- O senhor Presidente da Mesa, que desempenha funções no Agrupamento de Escolas de Vagos, esclareceu que a lei já indicava que as escolas com menos de dez alunos deveriam encerrar. O primeiro levantamento, feito com base nos resultados apurados nos censos de 2001, elencava quatro escolas. No entanto, neste ano lectivo, esse número é de sete escolas. E recordou que mesmo que a autarquia procure desenvolver outras soluções, existem indicações que não serão colocados professores nessas escolas, o que inviabilizará o seu funcionamento. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro referiu que o estudo feito pelo Ministério, quanto ao encerramento de escolas, não é vinculativo, pelo que as autarquias podem evitar esse facto, como acontece noutros concelhos. E, reconhecendo que existe necessidade de encerrar alguns estabelecimentos, lembrou que existem ainda factores

sociais, já que as escolas são importantes para a vitalidade de cada localidade. Considerou, assim, que não terá havido uma defesa competente dos interesses do município, alertando para a necessidade de se fazerem estudos para planificar o futuro. -----

----- O senhor Presidente da Mesa recordou que existe o Conselho Municipal da Educação, competente para discutir esses assuntos. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- Entrando na Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia, a solicitação dos grupos municipais presentes, propôs à Assembleia alteração à Ordem de Trabalhos, passando o Ponto Dois para Ponto Um e vice-versa. Esta proposta foi unanimemente aceite pela Assembleia. -----

----- **PONTO UM – INDICAÇÃO DOS PORTA-VOZ DOS GRUPOS PARLAMENTARES E INTERVENÇÃO DOS MESMOS.** -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta afirmou não estar preparado para indicar porta-voz, uma vez que a sua colega de bancada não se encontrava na reunião. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro, indicada como porta-voz do CDS-PP, prescindiu do uso da palavra, considerando ser extemporânea a intervenção dos porta-voz, que deveriam antes ter intervido na Sessão de tomada de posse. -----

----- O senhor deputado Joaquim Plácido, indicado como porta-voz do PSD, reiterou o compromisso do seu grupo em cumprir um trabalho dedicado, de profunda ética e consciência política, cumprindo as competências determinadas no regimento. Recordou que se avizinham tempos difíceis, manifestando alguma apreensão pelo futuro, já que houve alterações no financiamento dos municípios e nos impostos que lhe são cobrados. Mas, acreditando na capacidade dos responsáveis pelo executivo municipal e freguesias, que trabalham para os munícipes, afirmou estar certo da evolução do concelho. -----

----- **PONTO DOIS – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

----- O Senhor Presidente da Câmara deu a conhecer à Assembleia a actividade municipal, no período compreendido entre dezanove de Setembro e quinze de Dezembro de dois mil e cinco. -----

----- Deu ainda a conhecer a informação financeira à data de doze de Dezembro de dois mil e cinco. -----

----- **PONTO TRÊS – AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO ATÉ AO MONTANTE DE 800.000,00€(OBRAS DE REDE VIÁRIA)** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor presidente da Câmara para que procedesse à apresentação deste ponto. -----

----- O senhor Presidente da Câmara comunicou à Assembleia as razões que levaram o executivo à contratação de um empréstimo de oitocentos mil euros, com o objectivo de pagamento de várias obras já efectuadas. Ponderadas várias propostas bancárias, foi entendido pelo executivo aceitar a proposta que se afigura mais vantajosa e que foi apresentada pela Caixa Geral de Depósitos nas seguintes condições: Taxa de juro: “Euribor” a seis meses acrescida

de uma margem (spread) de zero vírgula cento e cinco por cento para a totalidade do prazo, sem mais quaisquer encargos; Prazo: doze anos em prestações semestrais constantes de capital e juros. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro referiu que em vez de se discutir o Orçamento está-se a discutir empréstimo para pagar obras de carácter eleitoral, com período que ultrapassa o presente mandato e se estende por doze anos. Referiu ainda que o grupo municipal do CDS-PP poderia votar favoravelmente mas, pelo tratamento dado aos ex-presidentes de Junta do CDS-PP, iria decidir-se pela abstenção. -----

----- O senhor deputado Joaquim Plácido começou por dizer que este empréstimo vinha no sentido de se continuar a ter uma capacidade de endividamento sustentável para os próximos anos, por força das regras impostas pelo Ministério das Finanças. Referiu que a obra, feita pela Câmara ou pelas Juntas, está à vista de todos, está bem feita. Fez ainda referência à duplicação do FEF, considerando-a uma boa opção, embora condenando o seu controlo à posteriori que originou trabalhos a mais com despesas elevadas. -----

----- O senhor presidente da Câmara esclareceu que poderia dar uma resposta política às intervenções anteriores, falar dos resultados eleitorais, mas abdicou de o fazer. No fundo, a contratação deste empréstimo acontece para cumprir o Plano de Actividades aprovado no ano anterior. A opção pelo empréstimo é mais coerente do que ficar a dever a fornecedores e empreiteiros ou alienar património. O seu pagamento faz-se ao longo de vários anos e vários mandatos, dentro de uma lógica de boa gestão. E também este executivo está a pagar empréstimos e outros encargos contraídos em mandatos anteriores. Quanto às afirmações acerca das Juntas de Freguesia, recordou que o tecto que as limitava correspondia à duplicação do FFF, às receitas próprias, acrescendo 10.000 Euros para construção de passeios. E, apesar de ter havido Juntas que dispuseram destes valores de forma responsável, outras houve que se endividaram sem qualquer conhecimento ou consentimento da Câmara Municipal, deixando a sua contabilidade em situação caótica. A verdade é que a Câmara terá de assumir o pagamento desses desvios orçamentais. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro concorda que o pagamento a fornecedores seja efectuado, pelo que não irá votar contra o empréstimo. E também compreende se o executivo não duplicar o FFF, por ser demasiado oneroso. Não concorda é que a explicação para essa eventual não duplicação seja os erros cometidos por alguns Presidentes de Junta nem concorda com afirmações proferidas à Rádio Vagos FM que alguns Presidentes de Junta eleitos pelo CDS-PP votaram contra essa duplicação. -----

----- O senhor deputado Joaquim Plácido assumiu ter proferido essas declarações, explicando, com base nas actas, que houve Presidentes de Junta, nomeadamente das freguesias de Sosa e de Santo António, que se manifestarem não favoráveis à duplicação do FFF por ser demasiada responsabilidade para as Juntas. -----

----- Realizada a votação, apuraram-se os seguintes resultados: seis abstenções e vinte e quatro votos a favor, pelo que a autorização de contratação de empréstimo foi aprovada. -----

----- **PONTO QUATRO – ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA SUA REPRESENTAÇÃO NAS VÁRIAS INSTITUIÇÕES, NOS TERMOS DA LEI: CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PRESIDENTE DE JUNTA); COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (PRESIDENTE DA JUNTA); CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL**

(PRESIDENTE DA JUNTA); ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO (PRESIDENTE DE JUNTA); MEMBRO PARA CONSELHO DE SAÚDE; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (PRESIDENTE DE JUNTA) -----

----- O senhor Presidente da Mesa realçou a importância das eleições seguintes, lembrando ainda a necessidade de se proceder à eleição de quatro elementos para a CPCJ (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens). Mas como não foi possível agendar essa eleição para a Sessão em curso, propôs que os Grupos Municipais sondem várias pessoas disponíveis a integrar essa Comissão. -----

----- O senhor deputado Joaquim Plácido afirmou que assim a eleição mais necessária é a que não se realizará, considerando que dois meses de adiamento é tempo em excesso. -----

----- O senhor Presidente da Mesa reafirmou que não foi possível agendar a eleição dos representantes para a CPCJ, sendo no entanto mais prudente contactar as pessoas previamente, para que haja garantias da sua total disponibilidade. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado levantou a possibilidade de se realizar uma breve reunião entre a Mesa e os Porta-voz dos Grupos Municipais para que pudesse ser discutido o assunto e encontrado um consenso. -----

----- De acordo com a lei, realizaram-se os diversos escrutínios, por voto secreto, tendo-se apurado os seguintes resultados: para o Conselho Municipal de Educação foi eleita a senhora deputada Maria Fernanda de Jesus Almeida Oliveira, com seis votos em branco e vinte e cinco votos a favor; para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios foi eleito o senhor deputado João Carlos Regalado Loureiro, com seis votos em branco e vinte e cinco a favor; para o Conselho Cinegético Municipal foi eleito o senhor deputado César Ferreira Ribeiro, com um voto em branco e trinta votos a favor; para assento na Assembleia Distrital de Aveiro foi eleito o senhor deputado Silvério de Jesus Rua, com seis votos em branco e vinte e cinco votos a favor; para elemento da Comissão Concelhia de Saúde foi eleito o senhor deputado Hugo Emanuel da Silva Ribeiro Jorge, com seis votos em branco e vinte e cinco votos a favor; para assento na Associação Nacional de Municípios foi eleita a senhora deputada Maria Dulcília Martins Sereno, com cinco votos em branco e vinte e seis votos a favor. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Mesa voltou a abrir a discussão sobre a necessidade de os Grupos Municipais pensarem em munícipes que possam vir a integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em risco. -----

----- O senhor deputado Joaquim Plácido voltou a realçar a necessidade dessa eleição, considerando que a discussão ficará remetida para segundo plano caso se realize na mesma Sessão em que se discuta o Plano de Actividades e Orçamento. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro mostrou-se de acordo com a proposta do senhor deputado Silvério Regalado, considerando que primeiro se deve falar com as pessoas disponíveis para assumir esse lugar. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta afirmou que a CPCJ deve funcionar da melhor maneira possível, com as pessoas certas. E, deduzindo que o Grupo Municipal do PSD já tem nomes a propor, considera que devem ser apresentados, já que as necessidades das crianças não devem esperar. -----

----- O senhor deputado Joaquim Plácido considerou que, não havendo consenso, deve a discussão terminar por ali, devendo os Grupos Municipais reunir para busca de um consenso. Propôs mesmo que o Grupo Municipal do PSD apresente duas pessoas, ficando os outros dois nomes a cargo dos Grupos Municipais do CDS-PP e do PS. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta afirmou a sua concordância com esta proposta. -----

----- **PONTO CINCO – REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

----- O senhor Presidente da Mesa assumiu o compromisso de enviar a todos os deputados o Regimento em vigor, para que todos possam fazer propostas de alteração e discuti-lo na próxima Sessão. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro afirmou que é usual que a Mesa apresente propostas à assembleia, havendo ainda a hipótese de se constituir uma Comissão para analisar o Regimento. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia chamou então à Mesa a responsabilidade de apresentar propostas, estando também os deputados livres para fazer chegar atempadamente eventuais propostas. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao público presente. Interveio o senhor Carlos Bernardes, do lugar de Fontão, freguesia de Sosa, para abordar a questão dos transportes escolares, considerando que são deficientes, já que os alunos são transportados em más condições e muitos deles chegam à escola muito antes das aulas começarem, o que os obriga a acordar muito cedo. -----

----- O senhor Presidente da Câmara lembrou que o executivo pretende reformular todo o sistema de transportes, através da contratação de um novo serviço de aluguer, tendo já solicitado informações às escolas sobre os circuitos que actualmente se realizam e sobre as principais necessidades dos vários estabelecimentos de ensino. No entanto, já foram solicitados mais dois autocarros, para fazer face às necessidades mais imediatas. -----

----- De imediato o segundo secretário, Hugo Ribeiro Jorge, procedeu à leitura da minuta da acta da presente Sessão. -----

-----O senhor Presidente da Mesas colocou a minuta da acta à votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade.

----- E nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a Sessão da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----